

ESTADO DO MARANHÃO FIS Nº :.... CÂMARA MUNICIPAL DE GOV. EDISON LOBÃO Rubrica: CNPJ: 01.616.688/0001-00

Processo Nº 009/2019
Fis Nº: 028
Rubrica: 1

PARECER JURÍDICO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 006/2019

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº: 005/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO - MA.

RELATÓRIO

Submete-se a apreciação o presente processo relativo ao procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial registrado sob o nº 006/2019, cujo objeto é a contratação de empresa para aquisição de materiais de construção para atender as necessidades da Câmara Municipal, conforme especificações do termo de referência — Anexo I do Edital, atendendo ao disposto na Lei nº 10.520/2002.

Consta no presente certame: da solicitação de contratação de empresa para aquisição de materiais de construção para atender as necessidades de interesse desta Câmara Municipal; despacho do presidente da Câmara Municipal de Governador Edison Lobão/MA, solicitando pesquisa de preço e existência de recursos orçamentários; despacho do departamento de contabilidade informando a dotação orçamentária disponível para atender a demanda; declaração com as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, com indicação da fonte de custeio para arcar com o dispêndio, adequação da despesa com a Lei Orçamentária Anual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual; autuação do processo licitatório; despacho de





ESTADO DO MARANHÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE GOV. EDISON LOBĂ OUDICAL

CNPJ: 01.616.688/0001-00

Processo N°009 / 2010 Fis N°: 079

encaminhamento dos autos à assessoria jurídica para análise e parecer; minuta do edital e anexos.

Consta no processo minuta do instrumento convocatório, instruído de edital de licitação, especificações do objeto, modelo de propostas de preços, modelo de credenciamento para a prática de atos concernentes ao certame e demais modelos de declarações, conforme legislação pertinente.

Ficou estabelecido no edital o menor preço por item como critério de julgamento, atendendo ao que dispõe o art. 45 da Lei 8.666/93.

O presente processo consta o edital indicando as exigências constantes do art. 40 da Lei 8.666/93 c/c art. 4º da Lei 10.520/2002, bem como a documentação que os interessados deverão apresentar para serem considerados habilitados.

Relatado o pleito passa-se ao Parecer.

OBJETO DE ANÁLISE

Cumpre aclarar que a análise neste parecer se restringe a verificação dos requisitos formais para deflagração do processo administrativo licitatório bem como da apreciação da minuta de edital e seus anexos.

Destaca-se que a análise será restrita aos pontos jurídicos, estando excluídos quaisquer aspectos técnicos, econômicos e/ou discricionários.





ESTADO DO MARANHÃO FIS Nº :... CÂMARA MUNICIPAL DE GOV. EDISON LOBÃO CUBRICA: CNPJ: 01.616.688/0001-00

Processo N° CO9/ 2019
Fis N°: 090

O artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal determina que as obras, serviços, compras e alienações da Administração Pública serão precedidas de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, ressalvados os casos especificados na legislação.

A licitação configura procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa, caracterizandose como ato administrativo formal, praticado pelo Gestor Público, devendo ser processado em estrita conformidade com os princípios estabelecidos na Constituição Federal na legislação infraconstitucional.

No que se refere à modalidade licitatória ora em análise, vale aclarar que a Lei 10.520/2002 dispõe que pregão é a modalidade de licitação destinada à aquisição de bens e serviços comuns, sendo estes considerados, para os fins e efeitos desta Lei, como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais (art. 1º, parágrafo único).

Verificando que o edital seguiu todas as cautelas recomendadas pela Lei 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93, como:

- I Definição do objeto de forma clara e sucinta;
- II Local a ser retirado o edital:
- III Local, data e horário para abertura da sessão:
- IV Condições para participação;
- V Critérios para julgamento;
- VI Condições de pagamento:
- VII Prazo e condições para assinatura do contrato;
- VIII Sanções para o caso de inadimplemento;
- IX Especificações e peculiaridades da licitação.





ESTADO DO MARANHÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE GOV. EDISON LOBÃO Rubrica:

CNPJ: 01.616.688/0001-00

Processo Nº 009/2039 Fis Nº: 091

Considerando que até então o procedimento não apresenta irregularidades que possam macular o certame e que a minuta do edital segue os preceitos legais que regem a matéria, opino pelo prosseguimento do processo licitatório em seus ulteriores atos.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Gov. Edison Lobão, 13 de maio de 2019.

RAILLONE KENAD DIAS NUNES

Assessoria Jurídica

Portaria n° 009/2019 - OAB/MA 12.686